

CALAMIDADE NO RS

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL

Presidente da Petrobras é demitido

Na terça-feira (14) à noite, o portal G1 e o Jornal Nacional noticiaram a demissão do presidente da Petrobras, Jean Paul Prates. De acordo com o G1, Prates já estaria com a relação desgastada com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva há mais tempo e a decisão foi tomada ontem. Sua sucessora seria Magda Chambriard.

Também ontem à noite, foi divulgada a informação de que o gaúcho Paulo Pimenta seria nomeado ministro extraordinário de apoio ao Rio Grande do Sul.

Mais cedo, durante a terça-feira, o governo federal havia sinalizado que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deveria indicar um representante do governo federal para atuar de forma permanente no Rio Grande do Sul enquanto durar a calamidade pública no Estado, assolado por enchentes desde o dia 29 de abril. O anúncio foi feito pelo ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, durante entrevista ao canal de notícias GloboNews, e também confirmada pela Agência Brasil. A nomeação de Paulo Pimenta, supostamente, faria parte deste movimento do governo federal.

Problema de coordenação

O economista Marcos Lisboa, presidente do Insper, afirmou ontem que, assim como em outros momentos de crise no Brasil, como o início da pandemia, houve uma falta de coordenação das políticas no RS. "Há uma revisão profunda que precisamos fazer na política pública e na cobrança de ações", salientou. Para Lisboa, o problema de coordenação apareceu, por exemplo, na dificuldade de obter informações como qual estrada estava livre, qual posto de saúde estava sobrecarregado ou onde obter doações.

Banco dos Brics vai destinar R\$ 5,7 bi ao RS, diz Dilma

A ex-presidente Dilma Rousseff anunciou nas redes sociais que o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês) - mais conhecido como Banco dos Brics - irá liberar R\$ 5,750 bilhões em empréstimos para o Rio Grande do Sul. O montante, equivalente a US\$ 1,115 bilhão, deverá ser usado em obras de infraestrutura urbana, saneamento básico e proteção ambiental e de prevenção de desastres no Estado.

"Quero dizer aos gaúchos que podem contar comigo e com o NDB neste momento difícil", disse Dilma Rousseff, que preside o banco ligado ao grupo geopolítico, com sede em Xangai, China. "Quero reiterar minha solidariedade aos gaúchos e aos governos federal e estadual. O Banco dos Brics tem compromisso e atuará na reconstrução e na recuperação da infraestrutura do Estado. Queremos ajudar as pessoas a recons-

truir suas vidas", completou.

Dilma conversou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o governador gaúcho, Eduardo Leite, para acertar o repasse. Os recursos chegarão ao Rio Grande do Sul por ação direta e por meio de parcerias com outras instituições financeiras.

De acordo com detalhamento do NDB, US\$ 500 milhões serão repassados via

BNDES, sendo US\$ 250 milhões para pequenas e médias empresas e US\$ 250 milhões para obras de proteção ambiental, infraestrutura, água e tratamento de esgoto, e prevenção de desastres.

Outros US\$ 200 milhões estarão disponíveis para aplicação direta, podendo contemplar obras de infraestrutura, vias urbanas, pontes e estradas. Já em parceria com o Banco do Brasil, serão destinados US\$ 100 milhões para infraestrutura agrícola, em projetos de armazenagem e infraestrutura logística.(AE)



Dilma Rousseff

+ Repasses flexíveis e para várias áreas

Através do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), serão liberados imediatamente US\$ 20 milhões para projetos de desenvolvimento e mobilidade urbana e recursos hídricos, de acordo com o anúncio de Dilma Rousseff. Outros US\$ 295 milhões previstos no contrato BRDE, em processo de aprovação final, vão para obras de desenvolvimento urbano e rural, saneamento básico e infraestrutura social.

"Tenho certeza que pela força do povo gaúcho, a solidariedade do povo brasileiro e da comunidade internacional essa crise será superada. E devemos tomar todas as medidas para que ela não mais se repita", disse Dilma.

"Vale apontar que a

gestão desses recursos, no valor de R\$ 5,750 bilhões, é flexível. A destinação dessa verba é passível de direcionamento, de acordo com as urgências, prioridades e necessidades do estado do Rio Grande do Sul", disse.

Em seu perfil no X, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comentou a liberação de recursos pelo Banco dos Brics ao Rio Grande do Sul. "Importante anúncio para o Rio Grande do Sul da presidenta do Banco dos Brics, Dilma Rousseff."

O NDB foi criado em dezembro de 2014. Dilma foi eleita presidente em março do ano passado, com gestão até 2025.



Proteção para os idosos, jovens e PCDs

A deputada federal Maria do Rosário propôs a criação de um programa de proteção a crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência em situações de risco e desastres. A iniciativa busca assegurar a proteção integral do direito a esses cidadãos para reduzir sua vulnerabilidade, promover sua segurança e bem-estar. "Trata-se de reforçar o compromisso do Estado em assegurar o gozo dos mais básicos direitos a esses grupos em momentos críticos", explicou a parlamentar.

Maria do Rosário lembrou que os desastres naturais causados pelo aquecimento global, crescimento desordenado das cidades, mudanças climáticas e a degradação do meio ambiente, têm sido cada vez mais constantes. A proposta será analisada em caráter conclusivo por três comissões da Câmara dos Deputados e também pela CCJ.

Paim elogia a suspensão

Em pronunciamento nesta terça-feira (14), o senador Paulo Paim (PT-RS) elogiou a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de suspenderem a dívida do Rio Grande do Sul com a União por três anos. O senador destacou a importância desses recursos que deixarão de ser pagos pelo Estado, para serem utilizados em ações de reconstrução do estado, atualmente em situação de calamidade por causa das chuvas e enchentes.

"O valor das parcelas desse período vai estar em torno de R\$ 11 a R\$ 12 bilhões. Como a gente fala, é injeção direta na veia. É um dinheiro que, em vez de vir para cá, vai ficar lá. Será inserido em um fundo para ser utilizado na reconstrução do nosso Estado, incluindo aqui, só como exemplo, cidades inteiras que vão ter que mudar de lugar", destacou o senador gaúcho.



Reunião da Comissão Externa da Câmara sobre danos causados pelas enchentes no Rio Grande do Sul

Relator propõe adotar projetos da pandemia

O relator da comissão externa criada pela Câmara dos Deputados para acompanhar os danos causados pelas enchentes no Rio Grande do Sul, deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), disse que a tragédia gaúcha é muito pior que os efeitos da pandemia de Covid-19 para a economia e para a população do Estado.

Pompeo defendeu que a Câmara aproveite alguns projetos da pandemia para minimizar os danos causados pelas enchentes no Sul do País. O deputado citou como exemplo as propostas que criaram o auxílio emergencial e o aluguê social.

"Os municípios precisam de dinheiro, podemos adiantar o FPM [Fundo de Participação dos Municípios]", sugeriu

Pompeo de Mattos. Ele lembrou que 70 municípios gaúchos estão em estado de calamidade. "Esses 70 precisam de um olhar muito profundo, porque temos cidades arrasadas", alertou.

Pompeo de Mattos participou de reunião de líderes nesta terça-feira (14) com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

À parte estas proposições, o relator também propõe que seja ampliado o acordo especial para suspensão da dívida que ainda deve ser submetido ao Congresso. Ele defende que a dívida neste período seja anistiada e que o valor que seria pago à União seja destinado a um fundo para recuperação do Estado. (Agência Câmara)

Congresso analisa medida provisória para repasses

O Congresso Nacional analisa a medida provisória (MP 1218/24) que abre crédito extraordinário de R\$ 12,2 bilhões no Orçamento de 2024 para atender diversas ações relacionadas à calamidade pública no RS. A medida já está valendo, mas precisa ser votada pela Câmara e pelo Senado até 9 de julho.

O governo justificou a medida pelos estragos provocados pelas chuvas: destruição de estradas, lavouras, pontilhões e pontes; alagamentos e enxurradas que impedem a locomoção nos municípios; assim como danos à infraestrutura dos serviços públicos, com forte impacto social e na economia

local. Os recursos serão encaminhados para diferentes órgãos.

O Ministério da Educação deve receber repasse para merenda escolar e para escolas. O Ministério da Justiça e Segurança Pública ressarcirá passagens, combustível e recursos humanos das forças de emergência. O Ministério da Saúde cobrirá o acréscimo de leitos e rede hospitalar para atendimento de emergência, incluindo Região Metropolitana. O Ministério do Trabalho e Emprego oferecerá concessão de duas parcelas adicionais do seguro-desemprego para quem já estava recebendo o benefício quando a calamidade foi decretada.